

Sem bodes nem opções

BRASÍLIA - Em 74 leis da política econômica, recém-listadas em livro pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, a 37ª diz que é sempre conveniente ter à mão bodes expiatórios, de preferência estrangeiros, a serem responsabilizados pelas mazelas locais.

À sua moda, Dilma Rousseff seguiu o preceito. Desde que a economia nacional começou a ratear, valeu-se de tribunas domésticas e internacionais para reclamar da enxurrada de dólares emitidos pelos EUA, das receitas de austeridade na Europa e do câmbio fixo na China.

A presidente chegou a oferecer o “modelo brasileiro” de mercado interno e inclusão social como lição para o mundo desenvolvido em crise.

Essa cantilena, ainda que reunisse algumas boas doses de razão, perdeu apelo e eficácia ao longo deste ano, quando ficou claro que emergentes latino-americanos, asiáticos e africanos, enfrentando os mesmíssimos obstáculos, não estão repetindo o fiasco do Brasil.

A administração petista optou por tolerar mais inflação para obter um PIB menos anêmico, mas só cumpriu a primeira parte do plano. O mesmo ocorreu com a ideia de afrouxar o controle de gastos para elevar o montante destinado às obras públicas, que permanece estacionado.

A 56ª lei enumerada por Franco, a do “Comportamento Discrepante”, mostra que governos dão voz a economistas de escolas e proposições variadas e opostas, incentivando a discórdia. A explicação é que os presidentes precisam de opções.

Dessa regra, Dilma fugiu. Apesar de um ou outro queixume vazado sob anonimato aos jornais, sua equipe é a mais harmônica e disciplinada desde a redemocratização do país.

“Nessa configuração, onde todos obedecem, a presidente perde a opção de designar um culpado por erros na condução da economia”, como escreve Franco, ele próprio sacado quando as coisas iam mal — muito pior que agora — para o governo FHC.

gustavo.patugrupofolha.com.br